

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

O IPTU NA CIDADE DE PALHOÇA:
UM DESAFIO PARA OS ADMINISTRADORES MUNICIPAIS

CRISTIANO LAUDELINO SILVANO

Florianópolis – SC

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

O IPTU NA CIDADE DE PALHOÇA:
UM DESAFIO PARA OS ADMINISTRADORES MUNICIPAIS

Monografia apresentada ao departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à conclusão do curso e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: Cristiano Laudelino Silvano

Orientador: Silvio Lemhkuhl Meyer

Florianópolis – SC


2002

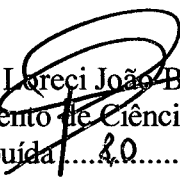
CRISTIANO LAUDELINO SILVANO

**O IPTU NA CIDADE DE PALHOÇA: UM DESAFIO PARA OS
ADMINISTRADORES MUNICIPAIS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de8,0....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Compuseram a banca:


Prof.^o Silvio Lehmkuhl Meyer (orientador)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída9,52.....


Prof.^o Dr. Loreci João Borges
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída8,0.....

Prof.^o M.Sc Luiz Felipe Ferreira
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída7,16.....

Florianópolis , Abril de 2002


Prof.^o M.Sc LUIZ FELIPE FERREIRA
Coordenador de Monografia do CCN

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe (*in memória*) , a minha esposa ROZILÉIA e a UFSC, que foram as sementes das minhas conquistas. Minha mãe que através de sua infinita persistência e vontade de viver me deixaram a maior lição de vida que um homem poderia receber , minha esposa fiel companheira de todas as horas, e a UFSC, que foi o cenário onde tudo aconteceu, uma universidade pública, gratuita e de muita qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por me dar força e coragem em todos os momentos difíceis da minha caminhada.

A minha esposa ROZILÉIA que sempre esteve ao meu lado e nunca deixou que eu desistisse.

A meus filhos PAULO E HEITOR que mesmo inconscientemente me ajudaram muito, pois são os motivos maiores de minha existência.

Ao meu orientador, Prof^o Silvio, pela troca de informações e confiança depositadas em todas as fases deste projeto.

Aos meus amigos e colegas de turma, pelos momentos de confraternização compartilhados e pela presença acolhedora.

E por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado”.

Max Weber,
em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

SUMÁRIO

RESUMO	07
LISTA DE SIGLAS	09
LISTA DE TABELAS	10

CAPÍTULO I

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Assunto	12
1.2	Tema	12
1.3	Problema	12
1.4	Objetivos	13
1.4.1	<i>Objetivo geral</i>	13
1.4.2	<i>Objetivos específicos</i>	13
1.5	Justificativa	14
1.6	Delimitação da Pesquisa	15
1.7	Metodologia	15

CAPÍTULO II

2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
2.1	Histórico do município de Palhoça	17
2.2	Artigo: Palhoça, cidade das veias abertas	18
2.3	Conhecendo o município de Palhoça	20
2.4	Legislação pertinente sobre IPTU	21
2.4.1	<i>Breve histórico</i>	21
2.4.2	<i>Competência</i>	22
2.4.3	<i>Fato Gerador</i>	23
2.4.4	<i>Função</i>	23

2.4.5	<i>Isenções</i>	23
2.4.6	<i>Alíquotas</i>	25
2.4.7	<i>Base de cálculo</i>	26
2.4.8	<i>Lançamento</i>	27
2.4.9	<i>Arrecadação</i>	27
2.4.10	<i>Sujeito passivo (contribuinte)</i>	28
2.4.11	<i>Infrações e penalidades</i>	29

CAPÍTULO III

3	PESQUISA DE CAMPO	30
3.1	Comentários e demonstração dos resultados da pesquisa, através de gráficos	30
3.2	Outros dados levantados junto a Prefeitura Municipal de Palhoça	35
3.2.1	Unidades cadastradas	35
3.2.2	Receitas com IPTU	36

CAPÍTULO IV

4	AÇÕES REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA	39
4.1	O Programa de Fortalecimento Financeiro Municipal com Justiça Fiscal a Serviço da Cidadania	39
4.2	A Reestruturação da Secretaria de Finanças	40
4.3	O Novo Código Tributário	42
4.4	O Recadastramento Imobiliário	

	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	ANEXOS	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

RESUMO

Atualmente a arrecadação de impostos, tem – se mostrado um grande desafio para os administradores municipais. É bastante comum encontrarmos prefeituras falidas , às vezes devido à má administração política, mas a falta de recursos provenientes da baixa arrecadação de impostos municipais também desmantela e inibe o desenvolvimento de nossas cidades.

Temos como exemplo a cidade de Palhoça, município vizinho de Florianópolis e São José, que vive momentos delicados e enfrenta grandes problemas sociais, políticos e econômicos face em grande parte a essa baixa arrecadação de impostos, principalmente o IPTU que devido a sua população bastante numerosa e quase sem comércio e indústrias, passou a ser a principal fonte de arrecadação do município .

Constata-se porém, que diversos fatores contribuem de maneira decisiva para elevar os índices de inadimplência no Município, tais como: O baixo nível de renda da população, o crescimento rápido e desordenado, os loteamentos clandestinos que surgiram prejudicando a indústria , o comércio e conseqüentemente a arrecadação de impostos, a falta de credibilidade dos políticos junto às comunidades e a pouca conscientização sobre a utilização dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos.

Diante disto, tem-se por objetivo nesta monografia desenvolver um estudo sobre o aspecto social do IPTU na cidade de Palhoça, saber quais os motivos que levaram a cidade a esta situação incômoda e o que pode ser feito através de ações conjuntas Prefeitura / Comunidade para reverter este quadro e colocar o município novamente no caminho do desenvolvimento.

A princípio, decorrer-se-á sobre o município de Palhoça, apresentando-se um breve histórico e alguns dados populacionais e sociais para conhecermos um pouco mais sobre esta cidade, objeto de nosso trabalho. Em seguida, transcreveu-se alguns dados importantes pertinentes à legislação do IPTU, origem, fato gerador, isenções, suspensão, obrigação tributária, alíquotas, lançamento, pagamento, contribuintes e outras particularidades. Também foram realizadas pesquisas de campo junto à população para a

obtenção de dados estatísticos que contribuíram para a realização do trabalho e também efetuadas visitas à prefeitura municipal e utilizadas bibliografias pertinentes ao assunto.

Posteriormente , foram apresentados os resultados estatísticos da pesquisa em forma de gráficos comparativos, ressaltando-se os pontos relevantes.

Finalmente, apresentamos algumas possíveis soluções para o problema e considerações finais.

LISTA DE SIGLAS

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto Sobre Serviço

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal de Palhoça

BCI - Boletim do Cadastro Imobiliário

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 - Índice de desenvolvimento social

Tabela 2 - Índice de desenvolvimento social

Tabela 3 - Resultado do recadastramento das unidades habitacionais, em Palhoça

Tabela 4 - Aumento da receita própria do IPTU

Tabela 5 - Receita total arrecadada do município e Receita total do IPTU Ano 2001

Tabela 6 - Receita total prevista e Receita total prevista com IPTU Ano 2002

Figura 1 – Gráfico da Posição quanto ao pagamento do IPTU em 2001

Figura 2 – Gráficos dos Motivos pelos quais as pessoas pagam o IPTU

Figura 3 – Gráfico dos Motivos pelos quais as pessoas não pagam o IPTU

Figura 4 – Gráfico dos Fatores que incentivam o pagamento do IPTU

Figura 5 – Gráfico das Unidades Cadastradas

Figura 6 – Gráfico da Evolução das receitas com IPTU

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

Muitos administradores municipais enfrentam um grande desafio que muitas vezes comprometem o desenvolvimento de projetos e a execução de obras em seus mandatos, prejudicando de maneira irreparável seus planos de governo.

A arrecadação de impostos constitui-se neste desafio que assola a maioria das prefeituras municipais de nosso país. Impostos como o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e o Imposto Sobre Serviço - ISS são de fundamental importância para a realização de uma boa administração e uma conseqüente melhora na qualidade de vida dos munícipes.

Em Palhoça a situação não é diferente, pelo contrário, é até mais alarmante. Com 107 anos completados no dia 24/04/2001 e com uma população de 102.286 habitantes, distribuídos numa área de 325,5 km²; Palhoça vive hoje um momento crucial em sua história, sua população já ultrapassou a de outras grandes cidades catarinenses como Tubarão (o município é o 11º (décimo primeiro) do Estado de Santa Catarina em população), mas sua economia não faz jus a essa grandeza e só justifica a sua condição de “cidade dormitório”, sendo que é o 50º (quinquagésimo) em arrecadação de impostos (dados coletados junto à Prefeitura Municipal de Palhoça).

O desenvolvimento industrial e comercial caminha a passos lentos, a arrecadação do ISS não é muito expressiva uma vez que as empresas preferem por vários motivos, inclusive por falta de incentivos fiscais, instalar-se em cidades vizinhas como Florianópolis, Santo Amaro e São José. O IPTU constitui-se em uma das principais fontes de receitas do Município, cuja arrecadação, porém não é suficiente para cobrir as despesas e como conseqüência provocou um verdadeiro rombo nos cofres municipais.

Este imposto que, conforme Art. 32 do Código Tributário Nacional - CTN, “tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do Município”; sendo trabalhado de uma maneira mais efetiva e coerente por parte dos

administradores municipais, pode servir como alicerce para um desenvolvimento econômico muito esperado e necessário para o Município de Palhoça.

O principal entrave ao progresso de Palhoça segundo o prefeito Paulo Vidal, é a baixa arrecadação de impostos, principalmente o IPTU que é a mais baixa do Estado.

1.1 Assunto

Neste trabalho realizaremos um estudo de caso sobre o IPTU na Cidade de Palhoça. Através de consultas junto à Prefeitura Municipal e outros órgãos competentes, além de pesquisas de campo e com auxílio de bibliografias pertinentes ao assunto, pretendemos efetuar um levantamento completo da real situação do município de Palhoça com relação ao aspecto social do IPTU, suas deficiências, particularidades, aspirações e objetivos.

1.2 Tema

O tema a ser desenvolvido nesta monografia é o IPTU na Cidade de Palhoça: um desafio para os administradores municipais.

1.3 Problema

A arrecadação de impostos de uma maneira geral sempre foi um grande desafio para as administrações municipais. Imagine como este problema se agrava numa cidade como Palhoça, onde, aliada a uma cultura açoriana retrógrada de não pagar impostos, encontramos munícipes com uma situação financeira precária, o analfabetismo, a ignorância e o baixo nível cultural da população.

Como otimizar recursos através da arrecadação de impostos driblando todas essas dificuldades, para sanar as dívidas públicas e ainda retomar o crescimento?

Em vista dos problemas apresentados, têm-se como finalidade, oferecer uma contribuição ao estudo sobre a situação deste município levantando erros e apontando possíveis soluções.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Na tentativa de responder as questões levantadas anteriormente, têm-se como objetivo geral desenvolver um estudo de caso sobre o aspecto social do IPTU na cidade de Palhoça, quais as razões para o não pagamento do imposto, que dificuldades os munícipes encontram e o que poderia ser feito para reverter esta situação, a fim de colaborar com os administradores municipais na construção de uma cidade melhor para a sociedade palhocense

1.4.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Visitar a Prefeitura Municipal de Palhoça , Câmara de Vereadores e demais órgãos da administração para coleta de dados e conhecimento do sistema;
- b) Buscar, através de alguns autores, embasamento teórico sobre o assunto em questão;
- c) Abordar de maneira mais ampla o IPTU e suas particularidades;
- d) Apresentação de dados estatísticos com relação à população, carnes do IPTU, munícipes pagantes , valores arrecadados, aplicação dos recursos; perspectivas de crescimento, etc
- e) Realização de pesquisa de campo em bairros específicos da cidade de Palhoça sobre o pagamento do IPTU;
- f) Organizar e analisar os dados da pesquisa de campo através dos resultados estatísticos e de gráficos comparativos;

- g) Apresentar conclusões, e possíveis soluções para o aumento da arrecadação do IPTU na cidade de Palhoça sem o aumento do valor dos tributos , e não onerar os contribuintes.

1.5 Justificativa

Na atual conjuntura econômica, que disponibiliza recursos cada vez mais escassos e com a globalização que afeta significativamente as entidades públicas, aliadas a uma política de cortes no orçamento pelo governo federal, os Estados e Municípios obrigam-se a criar mecanismos alternativos para a obtenção de recursos para o seu desenvolvimento.

Neste cenário, o Município de Palhoça vive um momento que parece crucial em sua história. Depois de 30 anos de um acelerado crescimento populacional, parece ser inviável continuar sendo a cidade-satélite de seus municípios vizinhos.

O município cresceu muito nos últimos anos. A população praticamente dobrou, e já ultrapassa 102 mil habitantes. Com universidades e indústrias em seu território, Palhoça tem o desafio de se mostrar uma cidade amadurecida. E não cabe apenas ao poder público a tarefa, moradores e empresários têm de contribuir na redução da inadimplência de impostos que já foi de 70%. O problema é que todo esse crescimento foi desordenado, sem planejamento, criando vários outros problemas como falta de infra-estrutura e tornou o mercado de trabalho abstruso.

A restrição ao progresso do Município é a baixa arrecadação; Palhoça tem uma folha de pagamento semelhante à de São José, mas a receita é cinco vezes menor. Se toda população pagasse IPTU, que é o mais baixo do Estado, não se teria tantos problemas .A arrecadação é muito importante para todo e qualquer cofre público. O município que não tiver fonte de renda própria, terá seu desenvolvimento estagnado.

Com um aumento da arrecadação de forma justa, organizada e ordenada, novos investimentos podem ser realizados em todos os setores do município.

Logicamente, a Prefeitura Municipal de Palhoça já trabalha incansavelmente para a solução deste grave problema que afeta também a maioria dos municípios brasileiros. Porém, o sistema de arrecadação utilizado pela administração de Palhoça não

acompanhou a evolução e o desenvolvimento ocorrido no decorrer de vários mandatos. Houveram sucessivas mudanças de administração, mas não ocorreram as mudanças na forma de obtenção de recursos financeiros para a gestão do município.

Inúmeros municípios catarinenses inovaram na sua política de arrecadação, implantando na administração pública, processos de arrecadação ousados, práticos e totalmente voltados para o incremento substancial na arrecadação.

A arrecadação de impostos municipais como o ISS e o IPTU constituem-se talvez no maior desafio para os administradores municipais.

Esta dura realidade apresentada e facilmente percebida, somada à vivência cotidiana de 5 anos como morador do município, evidencia a necessidade e relevância de trabalhos como o que está sendo proposto.

1.6 Delimitação da pesquisa

Este trabalho limita-se aos objetivos propostos através de pesquisa de campo, das legislações e bibliografias pertinentes ao IPTU especificamente na cidade de Palhoça, município da Grande Florianópolis que sofre com a inadimplência, vendo estagnada sua economia.

1.7 Metodologia

Uma pesquisa caracteriza-se pelo interesse do pesquisador em se aprofundar sob determinado problema. Neste aspecto Lakatos (1985, p.15), afirma que “pesquisa é uma indicação minuciosa ou exame exaustivo na procura de fatos e princípios, uma diligente busca para averiguar algo. Pesquisa não é apenas procurar a verdade e encontrar respostas para questões propostas utilizando métodos científicos”.

Através da aplicação de métodos científicos, o pesquisador alcançará seus objetivos almejados. Como afirmam Cervo & Bervian (1983, p.33), “... o método e a ordem que deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado”.

Por intermédio da pesquisa o homem tem sobre sua égide um vasto campo de conhecimento. Conforme Luckesi (1991, p.47), “o conhecimento, como entendimento do mundo, não é pois um enfeite ou uma ilustração da mente e da memória, mas um mecanismo fundamental para tornar a vida mais satisfatória e mais plenamente realizada”.

Nossa pesquisa em questão é do tipo descritiva, sua organização é bibliográfica e sua apresentação é avaliativa, a partir de uma fundamentação teórica relativa ao Imposto Predial e Territorial urbano – IPTU, procurar-se-á apontar os problemas existentes, bem como as possíveis soluções para melhorar a arrecadação deste tributo na cidade de Palhoça. Serão utilizadas para isso, as técnicas de pesquisa bibliográfica, estudo de caso, entrevistas e coletas de dados contábeis e fiscais.

De acordo com Marconi & Lakatos (1996, p.66) entende-se como pesquisa bibliográfica: “Toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monográficas, teses, material cartográfico, e até os meios de comunicação orais, sejam eles rádio, filmes e televisão”.

Existem diversos métodos de pesquisa bibliográficos, entre eles a monografia, que é definida por Salomom (1972, p.207) como sendo: “ Tratamento escrito de um tema específico que resulte de interpretação científica com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência”.

Assim, a monografia é o estudo minucioso de um assunto, buscando aprofundar todos os dados históricos e científicos a ele referentes.

CAPÍTULO II

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo destina-se ao embasamento teórico necessário para o entendimento e realização do referido trabalho, alguns dados relevantes sobre o Município de Palhoça e a legislação pertinente do IPTU.

2.1 Histórico do município de Palhoça

Conforme bibliografias pertinentes, Palhoça foi elevada à condição de município no ano de 1894, deixando de ser um distrito de São José, desmembramento que seria inevitável pelo tamanho que adquiria a região. Mas, ao contrário de outras cidades que encontraram na separação uma forma de conquistar a autonomia política e econômica, em Palhoça esse episódio foi uma forma encontrada pelo governo catarinense da época de punir os participantes de uma revolta contra a República que teve seu foco em Santa Catarina. Em 1893, alguns meses antes da criação do município, estourou no Rio de Janeiro a Revolta da Armada, quando militares da Marinha desgostosos com a política do presidente Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, juntam-se aos federalistas revoltosos do Rio Grande do Sul. A ideia deles é criar um país independente com os três estados do Sul e Desterro (atual Florianópolis) é escolhida como capital do governo provisório. A maioria das lideranças política de São José apóia o governo federalista, ao contrário dos políticos do distrito de Palhoça, comandados por Gustavo Richard – que mais tarde seria governador do Estado – decidiram manter-se fiéis a Peixoto.

No dia 19 de Abril de 1894 chegam ao Estado as tropas legalistas, chefiadas pelo coronel Antônio Moreira César que, a mando de Floriano Peixoto, pôs fim ao governo rebelde. O episódio é um dos mais trágicos da história de Santa Catarina e culminou com o fuzilamento de cerca de 200 pessoas na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim – muitos deles políticos e figuras ilustres da Capital. Apenas cinco

dias depois da chegada de Moreira César, a freguesia de Palhoça é elevada à condição de município, em pleno estado de sítio, uma situação única na história dos desmembramentos no Estado.

A intendência municipal foi instalada numa casa provisória por um ano, até que fosse finalizado o prédio que até hoje sedia a prefeitura. A decisão foi recebida com revolta pelo governo josefense, principalmente por conta das terras que o novo município levava consigo: 3.180 quilômetros quadrados, englobando as áreas dos atuais municípios de Bom Retiro, Garopaba, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, entre outros. A população não chegava a 10 mil habitantes. As lideranças de São José contestaram por quase 30 anos os limites dos dois municípios e o fato da emancipação ter acontecido em meio ao estado de sítio. A pendência judicial só teve fim em 1920, com a assinatura de um acordo entre as duas partes, determinando a divisa no rio Maruim.

2.2 Artigo: Palhoça, cidade das veias abertas

Transcrevemos abaixo um artigo, muito interessante, do Sociólogo Ivo Luciano da Silva (2001), que trata justamente da estagnação do Município de Palhoça, que também é objeto de estudo neste trabalho:

“Que a Palhoça outrora já foi considerada a Rainha do Litoral Catarinense e elegemos governador do Estado é verdade, mas que hoje é considerada uma cidade com as veias abertas e escancaradas aos “vampiros e sangue-sugas e parasitas...” também é verdade essa afirmação.

São secretas as matanças da miséria em Palhoça. As estatísticas dizem que a mortalidade infantil já bate a casa das 26 mortes de crianças por mil recém-nascido até um ano de idade. Frutos da desnutrição e da falta de atendimento médico hospitalar e de remédios.

Na caminhada perdemos até o direito de sermos palhocenses, pois em nossos registros não consta o nascimento em nosso município, pelo fato de não possuímos sequer uma maternidade ou um hospital (a maioria dos palhocenses nascem nas maternidades de Florianópolis, São José ou Santo Amaro).

Se não temos o direito de sermos chamados palhocenses, também não temos direito de acesso ao trabalho em Palhoça, é por isso que Florianópolis, São José ou Santo Amaro tem prioridade na Prefeitura. Fala-se de concessões feitas pela Prefeitura de Palhoça para Florianópolis, São José e Santo Amaro, mas não de concessões destes Municípios para nosso Município.

Com isso ocorre a chamada descapitalização do município, pois estas pessoas pagam seus impostos, abastecem seus automóveis, compram remédios, roupas, gêneros alimentícios, etc..., em suas cidades de origem, provocando a descapitalização, fenômeno parecido com a

instalação de uma multinacional num país, pois ela remete grande parte de seus lucros para as matrizes.

Quanto ao nosso maior morro, o Cambirela, o que vemos é a degradação e a sua destruição originada por uma maracutaia feita na Câmara, na década de 70, em que muitos vereadores aprovaram o projeto sem ter conhecimento do que se tratava. É por isso que qualquer projeto por mais simples que seja, deveria receber um pedido de vistas, para só depois ser aprovado ou rejeitado.

Por termos aterrados nossos mangues, sofremos da chamada maldição dos caranguejos, maldição esta que os palhocenses natos, e aqueles que escolheram a nossa querida Palhoça para residirem, só caminham para trás, talvez esta seja a explicação de que os bem sucedidos na Palhoça, na verdade, não são palhocenses.

Palhoça para os palhocenses!

Nossa intenção com este artigo é sensibilizar a nossa classe política e alertar a população palhocense para alguns dos nossos problemas”.

2.3 Conhecendo o município de Palhoça

Tabela 1

Índice de desenvolvimento social

POPULAÇÃO	102.286 habitantes
POPULAÇÃO URBANA	97.458 habitantes
POPULAÇÃO RURAL	4.828 habitantes
ELEITORES	49.816
COLONIZAÇÃO	açoriana, alemã e italiana
ÁREA	325,5 km ²
DISTÂNCIA DE FLORIANÓPOLIS	15 KM
ALTITUDE	3 metros
EMANCIPAÇÃO	24/04/1894
PIB PER CAPITA (1999)	R\$ 1.625,00
ÍNDICE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,67 (médio alto, 92º do Estado)
ÍNDICE DESENV. ENSINO FUNDAMEN.	0,448 (médio baixo)
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	97,83 da população urbana CASAN
REDE DE ESGOTO	1,6% da população é atendida por coleta
UNIDADES ENSINO PRÉ-ESCOLAR	36
UNIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	51
UNIDADES ENSINO MÉDIO	07
UNIDADES ENSINO SUPERIOR	02

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM/SC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Tabela 2

Índice de desenvolvimento social

DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO	Ultrapassa 20 milhões de reais
ARRECADAÇÃO ESTIMADA 2002	30 milhões
DÍVIDA ATIVA A SER COBRADA 2001	2 milhões de reais (10% do total)
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	3.000
FUNCIONÁRIOS NA PREFEITURA	1.509
CÂMARA MUNICIPAL	19 vereadores
PARTIDOS POLÍTICOS NA CÂMARA	07
INADIMPLÊNCIA IPTU	65% em 2000 (representa 3 milhões que deixaram de ser arrecadados) 50% somente no 1º semestre de 2001,

Fonte: Índice de desenvolvimento social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM/SC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2.4 Legislação pertinente sobre IPTU

2.4.1 Breve histórico

O imposto sobre a propriedade territorial urbana, em sua origem, dividia-se em dois tributos distintos: o imposto predial e o territorial. A unificação só veio com a Carta de 1946, que passou a denomina-lo de imposto predial e territorial urbano (art. 24, inc.11), sendo que desde a Constituição de 1934 já era de competência privativa dos Municípios .

Trata-se de tributo, da espécie imposto, cujo lançamento exige contínuo esforço da administração, a quem compete verificar que imóveis estão sujeitos a ele; definir as características físicas e jurídicas, necessárias para avaliá-los; calcular o montante do imposto; identificar os contribuintes e promover a cobrança. Essas tarefas, que se repetirão a cada ano, somente poderão ser executadas com eficiência, se estiverem apoiadas num instrumento imprescindível: o cadastro imobiliário fiscal, onde devem

estar registrados todos os imóveis sujeitos ao IPTU e as informações relativas a cada um, indispensáveis ao seu lançamento.

Como se trata de imposto de natureza patrimonial, o ônus tributário dele decorrente deve estar diretamente relacionado ao valor real do bem imóvel que lhe dá origem. Estabelecer valores venais, que mantenham perfeita correlação com os valores reais, constitui a base para que a carga tributária gerada pelo imposto não apresente distorções que redundem em injustiça fiscal.

De qualquer forma, ao estabelecer as regras sobre o IPTU, o Governo local deve estar ciente de que ele constituirá ônus, intransferível, que poderá provocar a prática conhecida como evasão fiscal, se não for bem dimensionado, isto é, se não for levado em consideração o nível de renda dos contribuintes.

O IPTU é o único imposto Municipal que atinge diretamente toda ou quase toda a população economicamente ativa.

2.4.2 Competência

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é da competência restrita dos Municípios, conforme o artigo 156, inciso 1, da Constituição Federal, a seguir transcrito:

“Art. 156 – Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;..”

Antigamente, havia uma distinção entre imposto predial e territorial, o que não existe mais, pois se trata de um só imposto.

O imposto é sobre a propriedade imóvel, que abrange o terreno e as edificações no mesmo existentes.

2.4.3 Fato gerador

O fato gerador é a simples existência do imóvel a título de domínio, pleno ou útil, e a simples posse do imóvel. O Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide sobre a terra e sobre as edificações. O simples fato de se ter o imóvel no nome já incide fato gerador.

O Código Tributário Nacional - CTN, em seu artigo 32, assim estabelece:

“Art.32. O Imposto de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.”

2.4.4 Função

A função do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é tipicamente fiscal, cujo principal objetivo é a obtenção de recursos financeiros para o Município .

Segundo o artigo 87 § 1º da Lei Orgânica do Município de Palhoça, “lei municipal estabelecerá a progressividade do imposto Predial e Territorial Urbano, com vistas a garantir a função social da propriedade”.

A progressividade é a única forma encontrada para se afastar as injustiças tributárias. Sem tributação progressiva, jamais se atinge a igualdade tributária.

2.4.5 Isenções

Conforme o Código Tributário Municipal do Município de Palhoça, as isenções no pagamento do IPTU , ocorrem nos seguintes casos:

“Art. 18 – Ficam isentos do Imposto os bens imóveis:

I – pertencentes a particular, quando cedido gratuitamente para uso da União, dos Estados do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;

II – pertencentes ou cedidos gratuitamente a agremiação desportiva devidamente constituída, quando utilizados efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III – pertencentes ou cedidos gratuitamente a instituição sem fins lucrativos que se destinem congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação do nível cultural, físico ou recreativo;

IV – pertencentes à entidade civil sem fins lucrativos e destinados ao exercício de suas atividades culturais, recreativas, esportivas e de assistência social;

V – declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse ou ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VI – cujo valor do imposto não ultrapasse a 20 (vinte) UFRM;

VII – pertencentes a pescadores profissionais, servidores municipais, ex-combatentes e respectivas viúvas, aposentados ou pensionistas, deficientes físicos, proprietários ou possuidores a qualquer título de imóvel de uso exclusivamente residencial, residentes e domiciliados neste Município que:

- a) não tenham renda familiar superior a 2 (dois) salários mínimos;
- b) O imóvel esteja sendo habitado pelo proprietário;
- c) Que resida pelo período mínimo de 5 (cinco) anos

Parágrafo Único – A isenção do que se refere o Inciso VII será requerida anualmente pelo interessado até a data do vencimento da 1ª parcela do imposto”.

2.4.6 Alíquotas

Quanto às alíquotas, podem ser: progressivas, regressivas ou proporcionais. Progressivas são aquelas que crescem à medida que crescem os valores venais do imóvel. Regressivas são aquelas que quanto maior o valor do imóvel, menor a alíquota, e proporcionais são alíquotas únicas, por exemplo: 1% do valor venal para todos os imóveis, não importando qual seja o seu valor.

As alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana são fixadas pelos Municípios. No caso de Palhoça, seu Código Tributário Municipal, estabelece que:

“Art. 12 – No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I – 1% (hum por cento) para terreno não edificado;

II – 0,5% (meio por cento) para terreno edificado.

Art. 13 – Tratando-se de imóvel cuja área não edificada seja superior a 20 (vinte) vezes a área edificada, aplicar-se-á, sobre seu valor venal. A alíquota de 0,8% (oito décimos por cento). O disposto neste artigo não se aplica aos imóveis definidos no § 2º do Art. 10”.

Segundo a Constituição Federal, voltou a reinar a divergência em torno da validade do IPTU progressivo. Tem sido sustentado que o § 1º do artigo 156 da Constituição Federal, segundo o qual o IPTU “poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade”, não autoriza outra forma de progressividade para esse imposto, além da prevista pela própria Constituição.

2.4.7 Base de cálculo

Segundo o Código Tributário Nacional, artigo 33, a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor venal do imóvel. E esse valor venal será o que o bem alcançaria se fosse colocado a venda, em condições normais. Neste caso o preço deve ser correspondente a uma venda, à vista, sem incluir qualquer encargo relativo ao financiamento. A base de cálculo deve ser apurada de acordo com os dados da realidade. Assim, não se admite uma base fictícia ou presumida.

Cabe a repartição competente apurar o valor venal dos imóveis para calcular o imposto, assegurando ao contribuinte o direito a avaliação contraditória

Conforme o código Tributário Municipal de Palhoça, o valor venal do bem imóvel será conhecido:

“Art. 10

I – tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor do metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção, pela metragem da construção, somando o resultado ao valor do terreno, observada a tabela de valores de construção anexa a este código e conforme regulamento.

II – tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terrenos anexa a este código e conforme o regulamento

Art. 11 Será Atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal do imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área onde se localizem, bem como os preços correntes no mercado.

Parágrafo único – Quando não forem objeto de atualização prevista neste artigo, os valores venais dos imóveis serão atualizados, pelo Poder Executivo, com base em até o limite da variação da UFRM ou outro indexador que vier a substituí-la”.

2.4.8 Lançamento

O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é feito de ofício, ou seja, a própria repartição pública municipal responsável identifica o contribuinte, apura o valor venal do imóvel e aplica a alíquota para o cálculo do valor do imposto.

As prefeituras dispõem de cadastro dos imóveis, efetuando anualmente o lançamento do tributo, notificando os respectivos contribuintes para seus pagamentos.

Conforme o CTM de Palhoça, o lançamento do IPTU será:

“Art. 14 – O lançamento do Imposto, cujo valor mínimo é fixado em quarenta (40) UFRMs, a ser feito pela autoridade administrativa, será anual e distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, levando-se em conta sua situação à época da ocorrência do fato gerador, e reger-se-á pela lei então vigente ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Art. 15 – Na impossibilidade da obtenção dos dados exatos sobre o imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Art.19.

Art. 16 – O lançamento do imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel”.

2.4.9 Arrecadação

Segundo o Código Tributário Municipal de Palhoça - CTM de Palhoça , a arrecadação do IPTU dar-se-á:

“Art. 17 – O imposto será pago de uma só vez ou parceladamente, na forma e prazos definidos em regulamento.

§ 1º - O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única gozará de desconto de até 30% (trinta por cento), conforme regulamentação.

§ 2º - O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas vencidas.

§ 3º - O parcelamento constitui-se quando da solicitação pelo contribuinte de certidão negativa de débitos em quaisquer circunstâncias, no vencimento antecipado das demais parcelas e na imediata cobrança do crédito”.

2.4.10 Sujeito passivo (contribuinte)

O CTM de Palhoça , trata do sujeito passivo do Imposto Predial e Territorial Urbano da seguinte maneira:

“Art. 7º - Sujeito Passivo do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, do bem imóvel.

§ 1º - Conhecidos o proprietário ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á a preferência àquele e não a este; dentre aqueles tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 2º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao imposto, dele estar isento, ser desconhecido e não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 3º O promitente comprador imitado na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.

Art. 8º - Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa imune ou isenta, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao imposto, respondendo por elas o alienante, ressalvado o disposto no item V do Art. 18.”

2.4.11 Infrações e penalidades

Finalmente, o Código Tributário de Palhoça, também estabelece infrações e penalidades aos contribuintes do IPTU que:

“Art. 19 – Serão punidas com multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do imposto calculado com base nos dados corretos do imóvel, as seguintes infrações:

I – o não comparecimento do contribuinte à Prefeitura para solicitar a inscrição do imóvel no cadastro fiscal imobiliário ou a anotação de suas alterações, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do surgimento da nova unidade ou das alterações já existentes;

II – erro ou omissão dolosa, bem como falsidade de informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel.”

Feitas as considerações teóricas acerca do tema da pesquisa, apresenta-se , na sequência, o trabalho de pesquisa de campo, bem como seus resultados estatísticos e os gráficos demonstrativos, além de um levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal de Palhoça sobre o comportamento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano ao longo dos anos. Antes das considerações finais, comenta-se algumas ações adotadas pela Prefeitura Municipal de Palhoça.

CAPÍTULO III

3 PESQUISA DE CAMPO

Realizamos uma pesquisa de campo verbal , entre os dias 08 a 28/11/2001, em 3 diferentes bairros da cidade de Palhoça (Centro, Rio Grande e Barra do Aririu) , onde foram entrevistadas 100 pessoas. Abordávamos os munícipes com perguntas básicas conforme formulário de pesquisa apresentado no anexo 1.

Esta pesquisa de campo foi escolhida para servir de base ao presente trabalho por ser aquela que melhores respostas e subsídios poderia dar ao pesquisador para atender os objetivos deste trabalho.

O Município de Palhoça **possue 32 bairros cadastrados** sendo que,a quantidade de consultas feitas ficou restrita a 100 pessoas porque o trabalho de pesquisa estaria representado por um universo razoável e estrategicamente distribuído entre regiões diferentes do município, com poderes aquisitivos distintos.

A limitação a apenas três perguntas subdivididas em várias opções de resposta, deveu-se à restrição do trabalho de pesquisa e ao objetivo em si que era específico nas questões levantadas, quais sejam:

- a) razões para o não pagamento do imposto;
- b) dificuldades encontradas para não faze-lo; e
- c) o que poderia ser feito para reverter à inadimplência.

Os resultados desta pesquisa estão ilustrados no item 3.1.

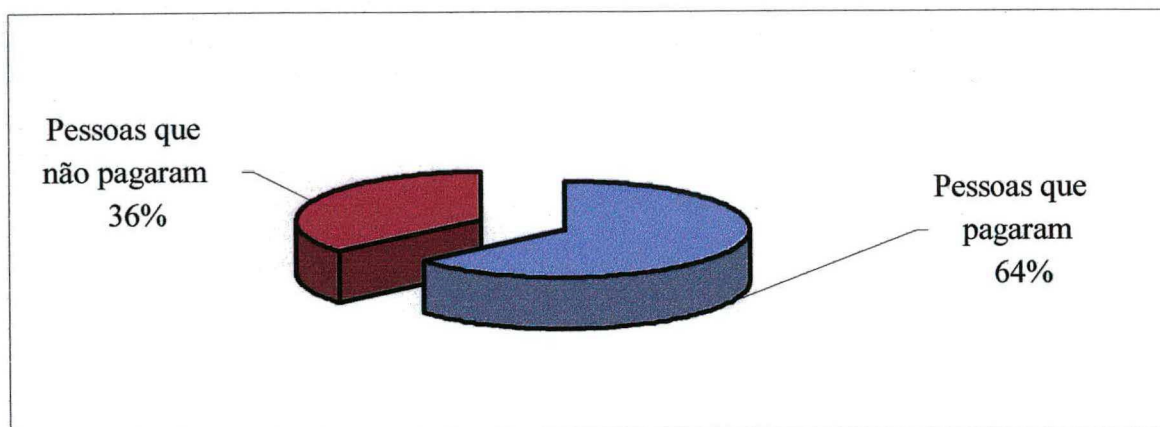
3.1 Comentários e demonstração dos resultados da pesquisa, através de gráficos

Este gráfico refere-se a 1º pergunta da pesquisa (**Você efetuou o pagamento do IPTU em 2001?**), dos 100 entrevistados , tivemos 64 pessoas pagantes e 36 pessoas não pagantes do IPTU em 2001, isso nos sinaliza uma inadimplência grande se

considerarmos alguns fatores que envolvem este tipo de pesquisa, como veracidade das informações prestadas, área abordada, etc.

Figura 1

Gráfico da Posição quanto ao pagamento do IPTU em 2001

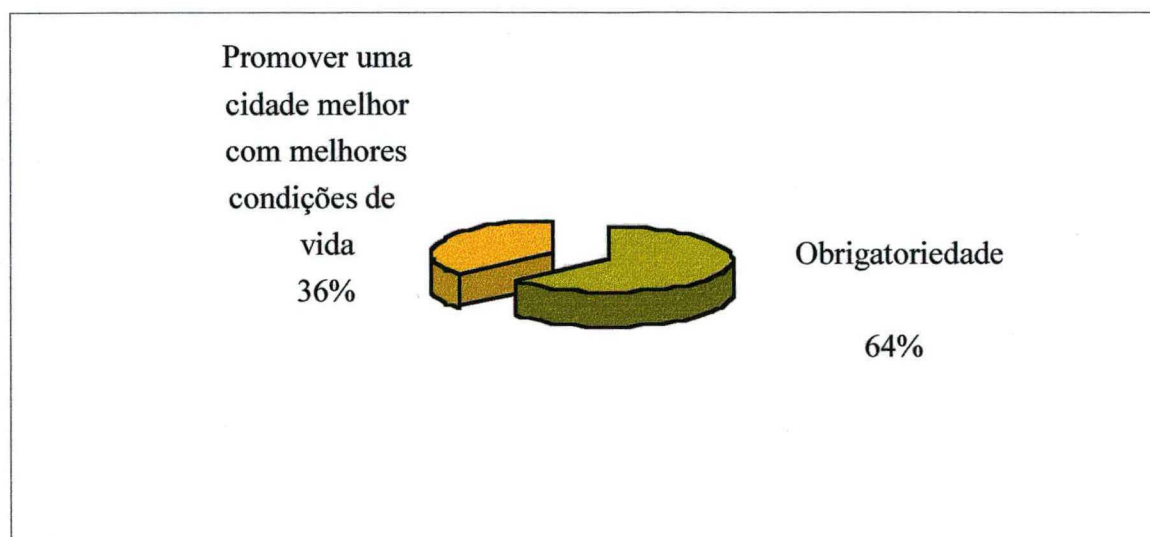


A inadimplência muito elevada (36%) pode ser explicada pelas respostas que se seguiram na pesquisa e entre os que pagaram (64%) constata-se que a grande maioria o faz por obrigatoriedade conforme veremos a seguir.

Este gráfico refere-se a 2ª pergunta da pesquisa (**Caso sua resposta a pergunta 1 seja afirmativa, porque pagou?**) , onde procuramos saber por quais motivos as pessoas em Palhoça pagam o IPTU. O que realmente leva um munícipe a dirigir-se a uma Instituição financeira e efetuar o pagamento. Aqui ficou claro que este pagamento somente ocorre por obrigatoriedade (64%), enquanto que 36% pagam para promover uma cidade melhor com melhores condições de vida. Isto demonstra um baixo conhecimento da função do imposto cobrado e das vantagens que ele poderá usufruir se o município tiver recursos para aplicar nas melhorias . A falta de consciência dos munícipes reflete-se de maneira negativa na figura organizacional do município.

Figura 2

Gráfico dos Motivos pelos quais as pessoas pagam o IPTU



Mas a principal dificuldade para o não pagamento do IPTU , pode estar representada pelas respostas à 3ª pergunta da pesquisa (**Caso sua resposta a pergunta 1 seja negativa, porque não pagou?**) ,dos 36 não pagantes tivemos os seguintes motivos apresentados:

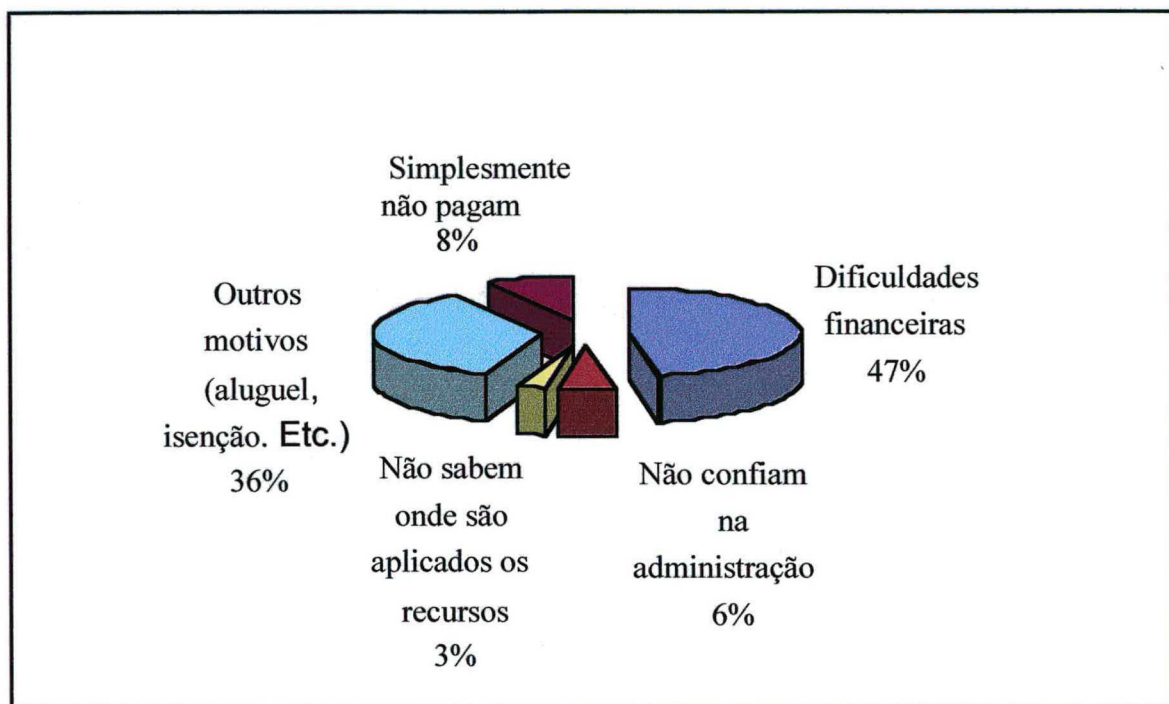
- a)Dificuldades financeiras = 47,00%
- b)Não confiam na administração = 6%
- c)Não sabem onde são aplicados os recursos = 3%
- d)Outros motivos (aluguel, isenção, etc) = 36%
- e)Simplesmente não pagam = 8%

Somando-se os itens “a” e “d” , verificamos que 83% dos não pagantes , o fazem pela falta de condições financeiras e pela indigência de atenderem a outras necessidades básicas. Assim se evidenciaram outros dois aspectos característicos do município: Dificuldades financeiras da população que na sua maioria é composta por pessoas de baixa renda; e o grande número de pessoas que pagam aluguel , são aposentados ou pensionistas que daí gozam das isenções previstas em lei.

Estranhamente, entre os não pagantes, apenas 6% não confiam na administração municipal. Talvez esse percentual aumentasse se a pergunta fosse feita aos que pagaram o IPTU sob a alegação de obrigatoriedade.

Figura 3

Gráfico dos Motivos pelos quais as pessoas não pagam o IPTU

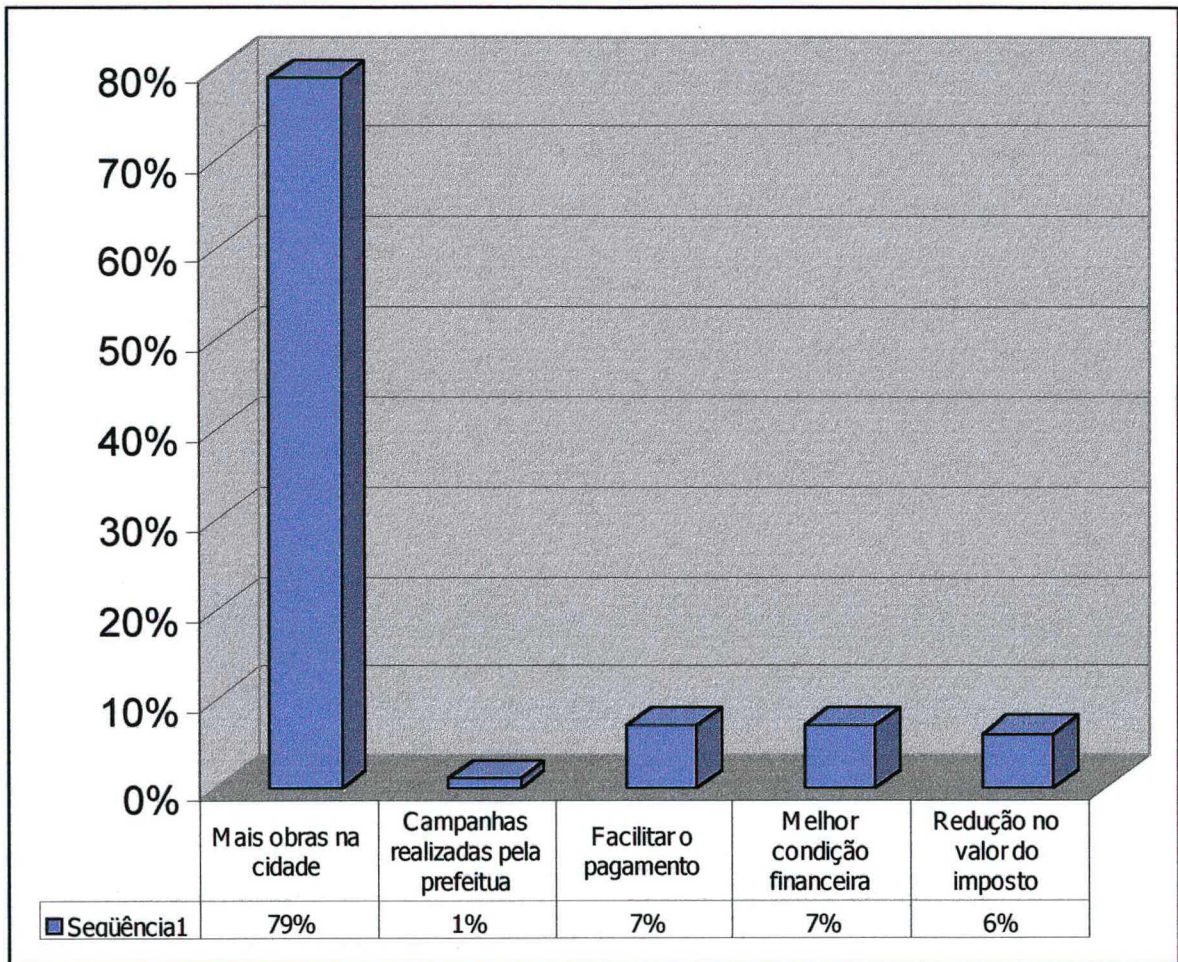


Finalmente na 4ª e última pergunta da pesquisa (**O que incentivaria você a pagar ou continuar pagando o IPTU?**), a qual refere-se o gráfico abaixo, procuramos saber na opinião dos 100 entrevistados, o que mais incentivaria um munícipe a pagar o IPTU . O que a prefeitura municipal deveria fazer para aumentar a arrecadação. O resultado foi:

- a) Mais obras na cidade = 79%
- b) Realização de campanhas pela prefeitura = 1%
- c) Facilitar o pagamento = 7%
- d) Melhor condição financeira (própria) = 7%
- e) Redução do valor do Imposto = 6%

Figura 4

Gráfico dos Fatores que incentivam o pagamento do IPTU



Percebe-se claramente que a população relaciona o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano a realização de obras pela prefeitura municipal. Neste sentido caberia a prefeitura tomar as medidas cabíveis para conscientização e informação da população quanto à utilização e destino das verbas arrecadadas com este imposto.

Sobre os resultados obtidos, observamos que alguns fatores influenciam de maneira prejudicial para a realização deste tipo de pesquisa e conseqüentemente não espelham a realidade dos fatos. Notamos um alto grau de analfabetismo entre os entrevistados, alguns nem sabiam o que é IPTU; outros visivelmente mentiam por que

achavam que se tratava de uma fiscalização da prefeitura. O baixo nível de renda e cultural também contribuem de maneira decisiva na hora do pagamento , sendo visível à pobreza em certos bairros do município.

3.2 Outros dados levantados junto a Prefeitura Municipal de Palhoça

3.2.1 Unidades cadastradas

Em 1999 a Prefeitura Municipal de Palhoça, implantou o recadastramento das unidades habitacionais visando atualizar o seu cadastro imobiliário.

O resultado dessa providência está representado na tabela abaixo, com um incremento de 112,65% no número de unidades cadastradas

Tal fato, certamente, repercutiu de maneira positiva na arrecadação do IPTU.

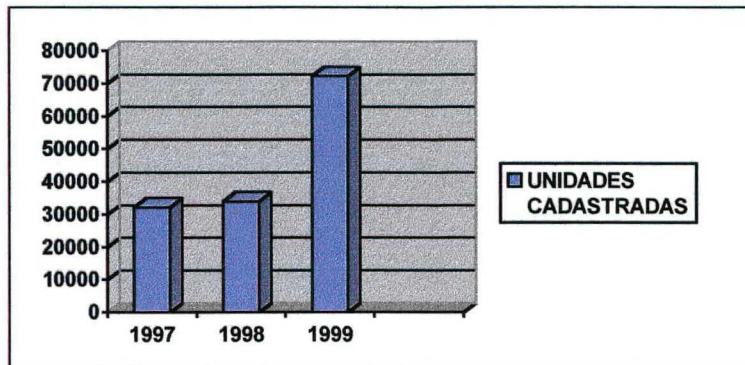
Tabela 3

Resultado do recadastramento das unidades habitacionais, em Palhoça

Ano	97	98	99
Nº de unidades	32.200	34.000	72.300
Variação em %	-----	5,52%	112,65%

Figura 5

Gráfico das Unidades Cadastradas



3.2.2 Receitas com IPTU

Outro fator muito expressivo foi o aumento da receita própria do IPTU. Conforme a tabela abaixo, podemos observar que, mesmo com a aprovação do Código Tributário em 1997 (portanto para o exercício de 1998), o imposto não teve seu valor aumentado. O incremento da receita se deu, a partir de 1999, com o aumento das unidades imobiliárias.

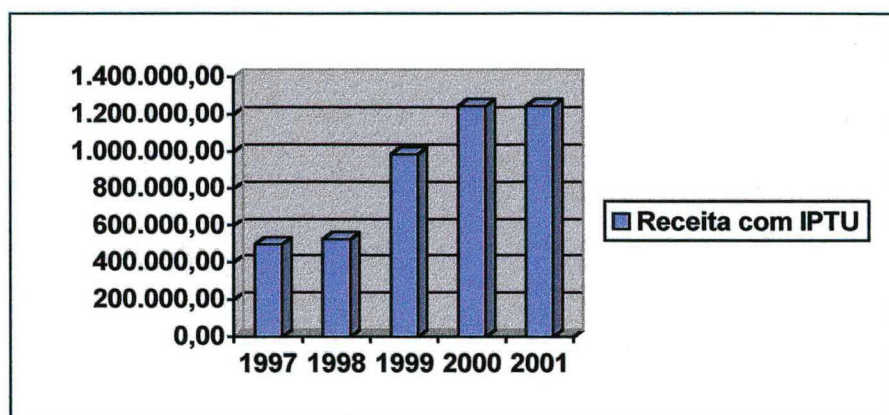
Tabela 4

Aumento da receita própria do IPTU

Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Receita com IPTU	498.784,28	526.413,33	985.592,99	1.244.951,82	1.245.245,64
Variação em %	-----	5,54%	87,23%	26,31%	0,02%

Figura 6

Gráfico da Evolução das receitas com IPTU



Em dados percentuais, o incremento no número de imóveis cadastrados foi de 5,59% e 112,65% nos exercícios de 1998 e 1999, respectivamente, porém o valor da arrecadação no mesmo período cresceu apenas 5,54% e 87,23%.

Com base nestes valores, percebemos que o valor do tributo IPTU não aumentou. O aumento de receita foi em decorrência do grande número de imóveis que não estavam cadastrados.

Comparando a receita oriunda do Imposto Predial e Territorial Urbano com a receita total do município, podemos observar que realmente este tributo é de grande importância para o Município de Palhoça, uma vez que seus percentuais de participação são muito expressivos. Vejamos nas tabelas abaixo:

Tabela 5

Receita total arrecadada do município e Receita total do IPTU

Ano 2001

Especificação	Valor	Representatividade
Receita total arrecadada do município	28.542.235,29	
Receita total do IPTU	1.245.245,64	4,36%

Tabela 6

Receita total prevista e Receita total prevista com IPTU

Ano 2002

Especificação	Valor	Representatividade
Receita total prevista para o ano	28.945.500,00	
Receita total prevista com IPTU	2.000.000,00	6,91%

A Relação do Orçamento da Receita do Município de Palhoça para o exercício 2002, bem como o Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do exercício de 2001, encontram-se nos anexos 2 e 3 respectivamente.

CAPÍTULO IV

4 AÇÕES REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

A Prefeitura Municipal de Palhoça , busca incansavelmente a obtenção de recursos para a realização de projetos e a retomada do desenvolvimento do Município. Para melhorar a arrecadação, não basta que se atribua aleatoriamente aumentos nos impostos municipais. Pois esses aumentos, oneram a carga tributária sobre os munícipes e as entidades empresarias que constituem a economia palhocense.

Em 1997 a atual equipe de governo encontrou a Prefeitura com diversas dificuldades financeiras, tanto para salda compromissos herdados da antiga administração, quanto para manter e ampliar a prestação de serviços básicos oferecidos pela mesma. E encontrou um sistema de arrecadação pouco eficiente.

4.1 O Programa de Fortalecimento Financeiro Municipal com Justiça Fiscal a Serviço da Cidadania

De acordo com Paulics (2000, p.47) o Programa de Fortalecimento Financeiro Municipal com Justiça Fiscal a Serviço da Cidadania: “Consiste em fortalecer o sistema de arrecadação municipal, ou seja, aumentar a eficiência da arrecadação, otimizando o potencial tributário do município e, ao mesmo tempo garantir uma maior equidade tributária.”

O programa foi implementado em duas frentes:

- a) uma institucional legal que de certo modo dependia de negociações com a Câmara Municipal;
- b) uma operacional, que consistia em salda as dívidas e salários atrasados, recuperando a imagem da Prefeitura junto à população.

Para sanar as dificuldades de ordem constitucional a algumas injustiças no lançamento do tributo , a Prefeitura decidiu alterar o Código Tributário.

4.2 A Reestruturação da Secretaria de Finanças

Alguns aspectos conjunturais nacionais afetaram a situação do município, tais como:

- a) o fim da inflação que eliminou uma importante fonte de financiamento, isto é, a Prefeitura aumentava os tributos de acordo com a inflação, mas a folha salarial não acompanhava a mesma taxa;
- b) diminuição das transferências, em decorrência da queda do nível de atividade econômica;
- c) o aumento da demanda por serviços públicos e assistência social também em decorrência da crise econômica.

Para aumentar e melhorar a arrecadação, a Prefeitura Municipal de Palhoça não precisava necessariamente aumentar a cobrança de tributos, bastava apenas cumprir a justiça fiscal, quer dizer, tratar com igualdade os contribuintes iguais, ao mesmo tempo que garantisse que contribuintes desiguais fossem diferenciados, segundo alguns critérios estabelecidos.

Um dos critérios utilizados para definir os iguais é a capacidade individual de contribuição. Trata-se de estabelecer a progressividade: uma relação direta entre carga tributária e renda.

Na tributação municipal, o IPTU, quando diferencia alíquotas e oferece remissão de tributos para alguns, está adquirindo caráter progressivo. Através da progressividade, a Prefeitura de Palhoça busca estabelecer uma maior equidade em relação aos diferentes contribuintes e melhorar a eficácia da máquina arrecadadora.

A partir da crise econômica e financeira em que se encontrava, a Prefeitura de Palhoça buscou, através de uma reestruturação no setor de finanças, aumentar a sua arrecadação e, conseqüentemente, suas receitas.

Algumas ações adotadas para melhorar a informação e o atendimento ao contribuinte foram:

- a) agilização dos recebimentos;
- b) revisão dos procedimentos de cobrança;
- c) expansão da rede de postos de pagamento;
- d) aproveitamento de eventos e equipamentos públicos para o pagamento de tributos;
- e) melhoria nos processos de atendimento e informação aos contribuintes;
- f) capacitação, através de cursos , do pessoal envolvido com a cobrança e atendimento;
- g) melhorar a infra-estrutura física das áreas de atendimento ao contribuinte;
- h) implementação dos serviços de atendimento ao consumidor;
- i) ampliação dos canais de comunicação com o público, através de campanhas sobre o pagamento de tributos;
- j) identificação dos devedores e ampliação da base tributária;
- k) revisão da dívida ativa;
- l) instalação de auditorias tributárias;
- m) promover um recadastramento imobiliário;
- n) revisão da planta genérica de valores do município.

Outro grave problema que também foi detectado na Secretaria de Finanças da Prefeitura de Palhoça, no sistema de fiscalização tributária, foi a corrupção, que levou a um desgaste, uma descrença muito grande do setor público por parte da população, além do alto custo para apuração das denúncias.

A Prefeitura de Palhoça buscou solucionar o problema de corrupção através da modernização da máquina administrativa. Através da modernização, a Prefeitura buscou uma melhor fiscalização da arrecadação, diminuindo a corrupção e as perdas. Buscou obter de volta a credibilidade por parte dos contribuintes, eliminando e/ou diminuindo a corrupção.

4.3 O Novo Código Tributário

A necessidade de criar mecanismos, que levassem ao incremento da arrecadação, fez com que a Prefeitura de Palhoça, do ponto de vista administrativo, buscasse implantar um novo Código Tributário Municipal - CTM.

Um dos fatores que teve maior influência na elaboração do Código Tributário foi o grande número de cobranças em desacordo com a Constituição, abrindo margens para ações de inconstitucionalidade, cujas sentenças desfavoráveis à Prefeitura prejudicavam a arrecadação.

O Código Tributário atual, instituído pela Lei Complementar nº 001/98, substituiu o Código anterior (1977), bem como o grande número de leis complementares e decretos posteriores, que buscavam atualizar a legislação, conforme as mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas em todo o País.

Com relação ao IPTU, muitas mudanças foram feitas para resolver os problemas de isenções, cujos critérios eram discutíveis. As novas leis favoreceram realmente os contribuintes de menor capacidade contributiva.

Foram alteradas, também, normas relativas a alíquotas, na busca de maior eficiência. O município passou a adotar, somente duas alíquotas: 0,5% para unidades prediais e 1% para unidades territoriais, instituídos sobre o valor venal calculado de cada imóvel.

Além das alíquotas, foram estabelecidos fatores corretivos que influenciam diretamente no cálculo do valor venal. Para determinar o valor de um terreno, ficaram estabelecidos os seguintes fatores para correção:

- a) situação na quadra;
- b) topografia;
- c) pedologia;
- d) limitação;

Um anexo muito importante do Código Tributário é a planta genérica de valores que determina o valor básico dos terrenos e edificações, por metro quadrado, padronizando e uniformizando os critérios para apuração do valor venal dos imóveis. O

principal objetivo de uma nova planta de valores não é buscar um aumento no valor do imposto, e, sim, buscar homogeneização de valores entre os cálculos municipais e o valor de mercado. Buscam conciliar, de forma justa, os interesses da administração e da comunidade na atribuição de valores à tributação imobiliária. O princípio básico para a formação de uma planta de valores, é o da igualdade: tratar os iguais de maneira igual.

4.4 O Recadastramento imobiliário

Todo o cálculo do IPTU está diretamente ligado ao cadastro imobiliário. Sendo assim, a Prefeitura de Palhoça decidiu atualizar seu cadastro imobiliário para potencializar a arrecadação de IPTU, fazendo aumentar suas receitas próprias.

O cadastro imobiliário consiste no conjunto de informações sistematizadas e ordenadas sobre os imóveis existentes no município.

Para a realização dos trabalhos, foi criado o Boletim do Cadastro Imobiliário - BCI que contém todas as características necessárias dos imóveis, para que se possa apurar o valor venal.

A necessidade da atualização imobiliária deve ser constante. O último levantamento feito pelo município, em nível de todo o território, era datado de 1983.

O município de Palhoça não só investiu no cadastro imobiliário, como também, em uma base cartográfica que é a peça fundamental para a administração municipal. Da base cartográfica, derivam informações úteis não só para a tributação, mas também para a gerência dos serviços e do uso do solo, além de propiciar a racionalização no uso do contingente humano e de equipamento. Este trabalho é conhecido como cadastro “multifinalitário”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se tudo o que foi exposto neste trabalho e vivenciando-se o dia a dia da população palhocense, concluímos que nossa querida Palhoça precisa muito de ajuda para retomar seu crescimento econômico. Esta ajuda deve provir dos Governos Federal e Estadual, dos políticos do município, da iniciativa privada, e de outras fontes, mas principalmente deve provir do povo, pois ele tem uma força inacreditável, única capaz de modificar ou melhor, recriar esta PALHOÇA para torná-la uma cidade nova, diferente e promissora. Uma PALHOÇA onde não tenhamos vergonha de construir nossos lares, de criar nossos filhos, de sermos chamados de palhocenses ou simplesmente vergonha de termos o nome da cidade nas placas de nossos veículos.

Pela pesquisa realizada nota-se que a quase totalidade dos que pagaram o IPTU, o fizeram por obrigatoriedade, enquanto a inadimplência é justificada pelo baixo poder aquisitivo da população.

Além disso, pesa na decisão dos munícipes o desconhecimento do destino que é dado ao IPTU arrecadado e a falta de confiança nos políticos que administram o município.

Pagar impostos sem ver os benefícios traduzidos em obras é decepcionante para a população que vincula o seu pagamento ao atendimento das necessidades sociais de sua região geográfica.

A situação, porém, pode ser revertida desde que a municipalidade adote medidas que visem o lado social da questão e o atendimento das indigências básicas da população.

A partir da pesquisa e consultas que realizamos, além de conversas com políticos, munícipes e administradores, relacionamos algumas possíveis providências elaboradas com o auxílio da leitura de jornais, periódicos, artigos, e outras bibliografias, que nos parecem poder ajudar na reconstrução de Palhoça:

- 1) Recadastramento imobiliário (já realizado pela Prefeitura de Palhoça como vimos no decorrer do trabalho);

- 2) Levantamento aerofotogramétrico e geoprocessamento dos dados num sistema integrado de informações conforme realizado pela Prefeitura Municipal de São José;
- 3) Cadastramento de todos os bairros **não legalizados** no município. Este levantamento poderia ter a colaboração das Associações de Moradores, Grupo de Jovens, voluntários, etc..
- 4) Investimentos em propaganda, conscientizando a população da importância do pagamento dos impostos para o município. Utilizando-se out-doors, televisão, rádio, etc. Esta conscientização talvez fosse possível se a Prefeitura demonstrasse à população com clareza e simplicidade onde são aplicados os recursos provenientes do pagamento do IPTU.
- 5) Envio dos carnês do IPTU para todos os moradores de Palhoça;
- 6) Facilitar o pagamento do IPTU, parcelando em mais vezes e dando abertura ao contribuinte de fazer sua proposta. É melhor receber um pouco de cada vez do que não receber;
- 7) Desenvolver parcerias com a sociedade palhocense, através principalmente das Associações de Moradores para a pavimentação de ruas, construção de creches, implantação de saneamento básico, etc. Estas associações precisam ser fortalecidas para atuarem como organismos do governo nas mais distantes localidades. Nossa cidade precisa de obras e o povo apoiará o governo que fizer estas obras;
- 8) Usar criatividade e perspicácia no tratamento dos munícipes realizando campanhas como a feita pela Prefeitura Municipal de Bombinhas, **“Quem planta árvore ganha desconto”** que consiste em dar desconto de até 50% aos contribuintes que tiverem árvores nativas no quintal de sua casa. Contribuindo assim para a preservação do meio ambiente;
- 9) Criação de um cadastro multifinalitário, com fez a Prefeitura de Criciúma, visando a um levantamento de todos os imóveis (também já realizado pela prefeitura);
- 10) Redução de taxas administrativas e outras que por ventura são cobradas junto com o IPTU;

- 11) Aderir ao REFIS (programa de recuperação fiscal) onde o contribuinte em débito com tributos municipais pode renegociar a dívida com descontos na multa de até 100%

Reconhecemos que nem todas estas medidas são fáceis de serem colocadas em prática, pois a falta de recursos orçamentários, de pessoal e a própria resistência ou aceitação por parte da população dificultam qualquer projeto por mais bem elaborado que seja. Mas nossos administradores municipais precisam ser persistentes, audaciosos, práticos e gostar muito de nossa cidade. Armados com boas doses de carinho, abraçar a causa e fazer uma administração participativa e transparente, chamando a população para ajudar nas tomadas de decisões, realizando mutirões, sendo amigo, andando pelas ruas e bairros, ouvindo e fazendo-se ouvir.

Concluímos finalmente ao término deste trabalho e com base na pesquisa de campo realizada, que a grande causa da inadimplência no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU no Município de Palhoça são as dificuldades financeiras de seus munícipes, mas outros aspectos também preocupam como o analfabetismo e o baixo nível cultural da população.

Cabe a prefeitura municipal adotar medidas visando a solução destes problemas para colocar enfim Palhoça na rota do desenvolvimento.

Reforça-se ainda a necessidade da reflexão sobre este tema que, por sua importância para o Município de Palhoça, torna-se imprescindível que novos trabalhos nesta área sejam realizados a fim de ajudar na solução dos problemas levantados.

Faz-se importante que a Universidade Federal de Santa Catarina, através de seu corpo docente do curso de Ciências Contábeis, instrumento de incentivo a cultura, continue divulgando o grau de relevância deste tema e de outros que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do povo Catarinense.

ANEXOS

ANEXO 1

Formulário de Pesquisa

FORMULÁRIO DE PESQUISA Nº _____ DATA ____/____/____

1) VOCÊ EFETUOU O PAGAMENTO DO IPTU EM 2001 ?

SIM ☐

NÃO ☐

2) CASO SUA RESPOSTA SEJA AFIRMATIVA, POR QUE PAGOU?

☐ OBRIGATORIEDADE

☐ PARA TER UMA CIDADE MELHOR, COM MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA.

☐ OUTROS MOTIVOS _____

3) CASO SUA RESPOSTA SEJA NEGATIVA, POR QUE NÃO PAGOU?

☐ NÃO CONFIA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL?

☐ NÃO SABE ONDE OS RECURSOS SÃO APLICADOS?

☐ DIFICULDADES FINANCEIRAS?

☐ SIMPLEMENTE NÃO PAGOU (SEM MOTIVO)

☐ OUTROS MOTIVOS _____

4) O QUE INCENTIVARIA VOCÊ A PAGAR OU CONTINUAR PAGANDO IPTU?

☐ MAIS OBRAS NA CIDADE

☐ CAMPANHAS REALIZADAS PELA PREFEITURA

☐ FACILITAR O PAGAMENTO

☐ MELHOR CONDIÇÃO FINANCEIRA

☐ OUTROS MOTIVOS _____

FORMULÁRIO DE PESQUISA Nº _____ DATA ____/____/____

1) VOCÊ EFETUOU O PAGAMENTO DO IPTU EM 2001 ?

SIM ☐

NÃO ☐

2) CASO SUA RESPOSTA SEJA AFIRMATIVA, POR QUE PAGOU?

☐ OBRIGATORIEDADE

☐ PARA TER UMA CIDADE MELHOR, COM MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA.

☐ OUTROS MOTIVOS _____

3) CASO SUA RESPOSTA SEJA NEGATIVA, POR QUE NÃO PAGOU?

☐ NÃO CONFIA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL?

☐ NÃO SABE ONDE OS RECURSOS SÃO APLICADOS?

☐ DIFICULDADES FINANCEIRAS?

☐ SIMPLEMENTE NÃO PAGOU (SEM MOTIVO)

☐ OUTROS MOTIVOS _____

4) O QUE INCENTIVARIA VOCÊ A PAGAR OU CONTINUAR PAGANDO IPTU?

☐ MAIS OBRAS NA CIDADE

☐ CAMPANHAS REALIZADAS PELA PREFEITURA

☐ FACILITAR O PAGAMENTO

☐ MELHOR CONDIÇÃO FINANCEIRA

☐ OUTROS MOTIVOS _____

ANEXO 2

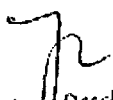
Relação do Orçamento da Receita

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Relação do Orçamento da Receita

Exercício de 2002

Página: 1/2

Código	Rubricas	Especificação	Valor Estimado
0001	1.1.1.2.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terril. Urbana	2.000.000,00
0002	1.1.1.2.04.30.00	Retido nas Fontes	271.000,00
0003	1.1.1.2.08.00.00	Imp.s/Transm."Inter Vivos" de Bens Imoveis e Dir.	800.000,00
0004	1.1.1.3.05.00.00	Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.250.250,00
0005	1.1.2.1.01.00.00	De Licença p/Localização e Funcionamento	500.000,00
0006	1.1.2.1.02.00.00	De Licença para Obras	200.000,00
0007	1.1.2.1.03.00.00	De Outras Licenças	18.000,00
0008	1.1.2.2.01.00.00	De Expediente	350.000,00
0009	1.1.2.2.02.00.00	De Coleta de Lixo	1.616.000,00
0010	1.1.2.2.03.00.00	De Iluminação Pública	1.600.000,00
0011	1.1.2.2.04.00.00	De Publicidade	30.000,00
0043	1.1.2.2.05.00.00	De Conserv.de Vias e Log.Publicos.	0,00
0012	1.1.3.0.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	350.000,00
0013	1.3.1.1.00.00.00	Aluguéis	2.000,00
0014	1.3.2.5.00.00.00	Remuneracao de Depósitos Bancarios	260.000,00
0015	1.6.0.0.13.00.00	Serviços Administrativos	5.000,00
0016	1.6.0.0.35.00.00	Serviços de Máquinas e Equipamentos	2.000,00
0017	1.7.2.1.01.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.900.000,00
0034	9.7.2.1.01.02.00	Dedução do FPM p/Formação do FUNDEF	-1.185.000,00
0018	1.7.2.1.01.05.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.500,00
0019	1.7.2.1.09.01.00	Transferencia Financeira - L.C. Nº 87/96	175.000,00
0035	9.7.2.1.09.01.00	Dedução da LC.87/95 p/Formação do FUNDEF	-28.250,00
0020	1.7.2.1.09.02.00	Programa Dinheiro na Escola	40.000,00
0021	1.7.2.2.01.01.00	Imp.Op.Circ.Moto.Prest.Serv.Transp. - ICMS	4.120.000,00
0036	9.7.2.2.01.01.00	Dedução do ICMS p/Formação do FUNDEF	-618.000,00
0022	1.7.2.2.01.02.00	Imposto s/ Propr. Veiculos Automotores - IPVA	1.310.000,00
0023	1.7.2.2.09.01.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportacao	270.000,00
0037	9.7.2.2.09.01.00	Dedução do IPI p/Formação do FUNDEF	-40.500,00
0024	1.7.2.2.09.02.00	Cota-Parte Salário Educação	350.000,00
0025	1.7.2.4.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEF	3.251.000,00
0026	1.7.6.1.01.00.00	Convênio MEC/ Merenda Escolar	636.000,00
0047	1.7.6.1.02.00.00	Convênio c/HABITAR BRASIL CEF	0,00
0027	1.7.6.2.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito	352.000,00
0044	1.7.6.2.02.00.00	Convênio c/CASAN	0,00
0028	1.9.1.0.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	695.000,00
0029	1.9.2.1.01.00.00	Exp.de Rec.Minerais,Pat.Xisto e Gasoso	41.600,00
0030	1.9.3.1.10.00.00	Receita da Dívida Ativa de Impostos	1.800.000,00
0031	1.9.3.1.99.00.00	Receita Dívida Ativa de Outros Tributos	40.000,00
0040	1.9.9.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00
0038	1.9.9.0.05.00.00	Restos a Pagar Processados de 2001	0,00
0039	1.9.9.0.06.00.00	Restos A Pagar Não Processados de 2001	0,00
0032	1.9.9.0.99.00.00	Outras Receitas	129.000,00
0033	2.1.1.9.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	650.000,00
0045	2.4.7.1.01.00.00	Convênio c/SEDU/PRO-INFRA	0,00
0046	2.4.7.1.02.00.00	Convênio Habitar Brasil/CEF	0,00
0041	2.4.7.2.01.00.00	Convênio c/SEDUMA	0,00



Janio Luis Deschamps
Téc. Contabilidade
CRC 10550 - SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Relação do Orçamento da Receita

Exercício de 2002

Página: 2/2

Código	Rubricas	Especificação	Valor Estimado
0042	2.4.7.2.02.00.00	Convenio c/Sec.da Estado da Educação e Desporto	0,00
Total da Receita			28.945.500,00


Janto Luiz Deschamps
Téc. Contabilidade
CRC 10550 - SC

ANEXO 3

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS CORRENTES	21.955.620,00	27.348.584,87	7.511.074,90	2.120.910,23
RECEITA TRIBUTARIA	5.030.000,00	5.382.014,67	1.455.985,90	1.103.971,23
IMPOSTOS	3.149.000,00	2.372.997,80	322.752,18	1.098.754,36
Impostos sobre o Patrimonio e a Renda	2.869.000,00	1.713.182,28	142.936,62	1.098.754,36
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.344.000,00	1.245.245,84	0,00	1.098.754,36
Imp. s/ Transm. "Inter Vivos" de Bens Imoveis e Dir.	325.000,00	467.938,82	142.936,62	0,00
Impostos sobre a Producao e a Circulacao	480.000,00	659.815,54	179.815,54	0,00
Imp. s/ Servicos de Qualquer Natureza	480.000,00	659.815,54	179.815,54	0,00
TAXAS	1.871.000,00	3.004.233,74	1.133.233,74	0,00
Taxas P/ Exercício do Poder de Policia	410.000,00	465.556,56	55.556,56	0,00
Taxa de Licença Para Localizacao e Funcionamento	305.000,00	307.251,82	2.251,82	0,00
Taxa de Licença Para Obras	65.000,00	82.868,11	17.868,11	0,00
Taxas de Licença Diversas	40.000,00	75.438,63	35.438,63	0,00
Taxa de Publicidade	0,00	23.686,64	23.686,64	0,00
Taxas Para Prestacao de Servicos	1.481.000,00	2.538.677,18	1.077.677,18	0,00
Taxa de Coleta de Lixo	635.000,00	1.120.151,83	485.151,83	0,00
Taxa de Expediente	70.000,00	242.900,34	172.900,34	0,00
Taxa de Iluminacao Publica	756.000,00	1.175.625,01	419.625,01	0,00
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.000,00	4.783,13	0,00	5.216,87
RECEITA DE CONTRIBUICOES	244.000,00	531.744,68	506.722,42	218.977,74
CONTRIBUICOES SOCIAIS	244.000,00	531.744,68	506.722,42	218.977,74
Contrib. Plano de Seg. Social do Servidor	0,00	506.722,42	506.722,42	0,00
Contrib. Previdenciaria do Municipio	184.000,00	2.592,23	0,00	181.407,77
Contrib. Previdenciaria dos Servidores Ativos	60.000,00	22.430,03	0,00	57.569,97
RECEITA PATRIMONIAL	32.300,00	315.571,53	284.271,53	1.000,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	3.851,41	3.851,41	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	32.300,00	311.720,12	280.420,12	1.000,00
Rendimento de Aplicacoes	31.300,00	311.720,12	280.420,12	0,00
Rendimento de Aplicacoes	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVICOS	0,00	1.954,50	1.954,50	0,00
Aluguel de Equipamentos	0,00	1.954,50	1.954,50	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	15.042.550,00	18.122.624,08	3.627.115,82	547.041,76
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.488.550,00	15.218.071,36	2.729.521,36	0,00
Transferencias da Uniao	8.100.550,00	10.147.990,82	2.047.440,82	0,00
Participacoes na Receita da Uniao	7.958.750,00	9.973.028,82	2.016.278,82	0,00
Cota-Parte Fundo Partic. dos Municipios	5.750.000,00	7.152.448,83	1.402.448,83	0,00
Transf. I.R.R.F (Art.157,158 da Const.Federal)	87.550,00	182.447,01	94.897,01	0,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.200,00	2.591,15	1.391,15	0,00
Cota-Parte do FUNDEF	2.118.000,00	2.635.543,83	517.543,83	0,00
Outras Transferencias da Uniao	143.800,00	174.962,00	31.162,00	0,00
Cota-Parte do ICMS-Exportacao	110.000,00	139.362,00	29.362,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola	33.800,00	35.600,00	1.800,00	0,00
Transferencias dos Estados	4.388.000,00	5.070.080,54	682.080,54	0,00
Participacao na Receita dos Estados	3.950.000,00	4.589.349,46	639.349,46	0,00
Imp. Op. Circ. Merc. Prest. Serv. Transp. - ICMS	3.000.000,00	3.525.960,20	525.960,20	0,00
Imposto s/ Propr. Veiculos Automotores - IPVA	950.000,00	1.063.389,26	113.389,26	0,00
Outras Transferencias dos Estados	438.000,00	480.731,08	42.731,08	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportacao	180.000,00	201.008,69	21.008,69	0,00
Cota-Parte Salario Educacao	258.000,00	279.722,39	21.722,39	0,00
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	18.000,00	18.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	2.554.000,00	2.886.552,70	879.594,46	547.041,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Convenio com o SUS	54.000,00	49.309,12	0,00	5.691,88
Convenio c/Secretaria da Família	1.443.290,00	1.090.856,91	47.576,91	400.000,00
Convenio c/Ministerio da Assistencia	22.400,00	746.077,92	723.677,92	0,00
Convenio c/a Secretaria de Seguranca Publica	389.500,00	309.530,12	0,00	80.969,88
Transferencias Nutricao	44.820,00	0,00	0,00	44.820,00
Convenio c/Ministerio da Saude	0,00	104.758,63	104.758,63	0,00
Convenio c/Ministerio da Educacao-MEC/FAE	600.000,00	584.440,00	0,00	15.560,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	3.581,00	3.581,00	0,00
Convenio c/Sec.Especial de Desenv.Urbano	0,00	3.581,00	3.581,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.608.770,00	2.992.675,23	1.635.824,73	240.919,50
MULTAS E JUROS DE MORA	471.620,00	429.578,30	1.727,80	43.769,50
INDENIZACOES E RESTITUICOES	29.000,00	51.169,70	22.169,70	0,00
INDENIZACOES	29.000,00	51.169,70	22.169,70	0,00
Comp Fin Extracao de Oleo Bruto,Xisto e Gas	29.000,00	51.169,70	22.169,70	0,00
CEITA DA DIVIDA ATIVA	900.000,00	1.129.972,98	229.972,98	0,00
Receita da Divida Ativa Tributaria	900.000,00	1.099.601,50	199.601,50	0,00
Receita da Divida Ativa nao Tributaria	0,00	30.371,48	30.371,48	0,00
RECEITAS DIVERSAS	206.150,00	1.381.954,25	1.381.954,25	206.150,00
Restos a Pagar Processados	0,00	23,79	23,79	0,00
Restos a Pagar Nao Processados	0,00	1.162.863,52	1.162.863,52	0,00
Participação de Servidores em Curso de Capacitação	0,00	62.969,60	62.969,60	0,00
Outras Receitas Diversas	0,00	156.097,34	156.097,34	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00	1.195.650,62	945.650,62	0,00
OPERACOES DE CREDITO	250.000,00	704.498,30	454.498,30	0,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	250.000,00	704.498,30	454.498,30	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	491.152,32	491.152,32	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	491.152,32	491.152,32	0,00
Convenio c/o Ministerio da Saude	0,00	199.920,00	199.920,00	0,00
Convenio c/o Ministerio da Agricultura	0,00	80.000,00	80.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	211.232,32	211.232,32	0,00
Convenio c/SEDUMA	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
Convenio c/SEDU/PRO-INFRA	0,00	161.232,32	161.232,32	0,00

Totais: 22.205.620,00 20.542.235,29 8.457.525,52 2.120.910,23

PALHOÇA, 20/03/2002

JÂNIO LUIZ DESCHAMPS
Téc. Contab. CRC-10550SC

LUIZ OTAVIO BAASCH
Secretário da Adm. e Finanças

PAULO ROBERTO VIDAL
Prefeito Municipal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTI VERA, Armando. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre: Globo, 1973.

BRASIL. *Constituição*. São Paulo: Atlas, 1998.

CADÊ? Apresenta dados sobre assuntos gerais. Disponível em:
<<http://www.cade.com.br>> Acesso em: 15 out. 2001

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro. *Metodologia científica*. São Paulo: MC Graw Hill, 1983.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Apresentação informações sobre resoluções, publicações, eventos, etc. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2001

LIZ E ASSOCIADOS. Destinada a difundir as leis dos municípios brasileiros, aos prefeitos, vereadores, juristas, pesquisadores, administradores públicos e interessados na legislação municipal. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30 nov. 2001

LOREZON, Hermes. Atrativos devem reduzir dívidas do IPTU. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 12 ago. 2001.

LUCKESI, Cipriano et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FABRETTI, Láudio Camargo. *Contabilidade tributária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da ciência*. 3 .ed. Rio de Janeiro: Lúcio Ferreira Júnior Artes Gráficas, 1974.

IPTUCERTO. Apresenta informações sobre pagamentos de IPTU. Disponível em:
<<http://www.iptucerto.com.br>> Acesso em: 26 nov. 2001.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996

OLIVEIRA, Juarez de. *Código Tributário Nacional*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Apresenta informações sobre a Prefeitura do município de Florianópolis. Disponível em: <[http:// www.pmf.org.br](http://www.pmf.org.br)> Acesso em: 14 nov.2001

RADIX. Apresenta dados sobre assuntos gerais. Disponível em: <<http://www.radix.com.br>> Acesso em: 16 out. 2001

SALOMON, Dêlcio Veras. *Como fazer uma monografia*. Belo Horizonte: Inter Livros, 1977

SANTA CATARINA. *Código Tributário do Município de Palhoça*. Instituído pela Lei 001/98. Promulgado e sancionado pelo prefeito Paulo Roberto Vidal. [S.n.d]

SANTA CATARINA. *Lei Orgânica do Município de Palhoça*. 05 de abril de 1990.

SILVA, Ivo Luciano da. Palhoça: cidade das veias abertas. *Jornal O Cambirela*. Palhoça, v.1, n.24, 15 a 21 set. 2001

SILVA, Marco Aurélio. Palhoça, 107 anos: tempo de despertar. *Jornal A Notícia*. Florianópolis, 24 abr. 2001. Edição especial.

SOUZA, Francisco das Chagas de. *Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos: um guia metodológico*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. Curitiba: Ed. da UFRP, 2000.

BALBINOTTI, Jean. Redução de taxas visa quitação. *Diário Catarinense* Florianópolis, 12 ago. 2001

SILVA, Marco Aurélio. Índice de desenvolvimento social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM/SC e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Jornal A Notícia* Florianópolis, 24 de abr. 2001. Edição especial